

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Título: Acervos fotográficos: preservação do patrimônio documental

Autora: Renata Lopes Leite

Orientador: Dr. Pablo Lima

Linha de Pesquisa: Gestão de Informação

Belo Horizonte - 2011

1. Introdução

O século XIX foi marcado por grandes transformações, com a industrialização e o fortalecimento do sistema capitalista, as cidades cresceram e surgiram novas formas de organização urbana adaptando as cidades ao capital. Inúmeras cidades seguiram o exemplo de modernização de Paris. Belo Horizonte, não escapou ao sonho de modernidade, ao contrário, surgiu de um ideal de modernidade. Sendo construída para ser a capital que não lembrasse em nada a monarquia.

Nas artes, o espaço pictórico era organizado a partir de um ponto central ordenador de objetos representados. E a câmera fotográfica veio como um sinônimo de precisão e imparcialidade, considerada como mera cópia da realidade, um documento cuja vida estética não existia. Tendo como principais temas o espaço urbano e os tipos humanos, sua função era registrar as rápidas mudanças ocorridas nos centros urbanos que geravam ansiedade e melancolia no homem.

O surgimento da fotografia alterou as possibilidades do homem capturar o tempo e ampliar a sensação de controlá-lo. Sendo um gênero híbrido com características documentais e poéticas, a fotografia contribui para a preservação e manutenção da memória.

A criação de acervos fotográficos públicos visando a preservação e atualmente a digitalização destes acervos, tem sido feita a fim de preservar a memória visual, fortalecer a identidade e dar acesso a um conteúdo repleto de elementos que enriquecem a formação educacional e

cultural de uma cidade, mediante a fruição de imagens fotográficas que constituem o chamado patrimônio documental.

A idéia de patrimônio documental é considerada relativamente nova no Brasil, a tradição associada ao conceito de patrimônio sempre esteve voltada pra um viés artístico cultural. Percebe-se, assim, a necessidade de mais estudos e reflexões acerca do patrimônio documental e das políticas arquivísticas e suas particularidades destacando sua importância para a preservação da memória.

Este trabalho, desenvolvido para o Curso de Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural na linha de pesquisa de Gestão da Informação, tem por objetivo refletir sobre a fotografia como suporte da memória e das transformações urbanas, analisando os procedimentos adequados para preservar e difundir acervos fotográficos públicos que fazem parte do patrimônio documental da cidade.

Walter Benjamin alertava para a necessidade de uma alternativa para a transmissão da memória que assegurasse sua disseminação no futuro como forma de estabelecer uma relação entre tempo e memória:

No interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência. O modo pelo qual se organiza a percepção humana, o meio em que ela se dá, não é apenas condicionado naturalmente, mas também historicamente (...). Fazer as coisas “ficarem mais próximas” é uma preocupação tão apaixonada das massas modernas como sua tendência a superar o caráter único de todos os fatos através de sua reprodutibilidade. Cada dia fica mais irresistível a necessidade de possuir o objeto, de tão perto quanto possível, na imagem, ou antes, na sua cópia, na sua reprodução (BENJAMIN, 1994, p.169-170).

Desde a segunda metade do século XIX a cidade é tema recorrente na fotografia, retratando as transformações urbanas acarretadas pela modernidade. Hoje, a fotografia tem sido um importante instrumento de informação e conhecimento, sendo de grande apoio às pesquisas e expressões artísticas. (KOSSOY, 2002). A quantidade de imagens produzidas desde então é enorme. E hoje em dia, com o avanço tecnológico e a fotografia digital isto ampliou-se ainda

mais, dificultando a seleção, organização, armazenamento, proteção e disponibilização dessas imagens.

A partir da reflexão da fotografia enquanto suporte de memória e das noções de gerenciamento informacional adquiridas no curso de especialização em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural (UFMG) e da experiência do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, este trabalho alerta para possíveis problemas e soluções para uma boa gestão da informação em arquivos fotográficos.

O presente trabalho visa contribuir com a reflexão sobre a fotografia como suporte da memória e analisar, pela revisão de literatura, a importância da preservação do patrimônio documental, principalmente dos acervos fotográficos públicos da cidade de Belo Horizonte bem como suas políticas de informação, preservação, disseminação da informação e o acesso aos acervos.

Uma das discussões durante o curso de especialização em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural foi acerca do patrimônio documental e a construção de identidade, baseado no texto de Darcila Rezende¹. A autora ressalta que a globalização acarretou uma transformação nos conceitos de memória e identidade, gerando uma necessidade de repensar também o patrimônio, pois, se pensava a memória e a identidade, até então, como imutáveis. A revolução na comunicação e a globalização levaram a uma fragmentação das identidades, devido ao esvaziamento de valores.

Hoje está claro, para variadas áreas do conhecimento, que tanto a memória como a identidade são frutos de processos de construção, que não ocorrem apenas nas esferas autorizadas, mas são realizados continuamente pelos mais variados grupos (e mesmo pelos indivíduos), em permanente transformação. (REZENDE²)

Assim, a discussão passa a ser sobre como preservar os bens culturais sem congelá-los, levando em conta que eles sofrem reinterpretação ao longo do tempo. Por isso a necessidade de compreender o contexto de produção da cultura para garantir tanto a preservação como a possibilidade de múltiplas reinterpretações de forma fundamentada. No caso de documentos

¹ Professora de Arquivologia no Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID/UnB)

² Disponível em: < www.asocarchi.cl/DOCS/61.pdf >

fotográficos ainda se torna mais necessário considerar o contexto arquivístico, já que a fotografia é polissêmica por natureza, ela mostra muito mas não quase afirma nada sobre o seu referente.

A gestão de documentos tem se tornado um elemento cada vez mais importante no âmbito do planejamento estratégico da Tecnologia da Informação. Uma vez que a maior parte das informações vitais de uma organização está contida em documentos não estruturados (SADIQ & ORLOWSKA, 1997), o gerenciamento eficiente destes torna-se um diferencial estratégico para o processo de gestão da informação e do conhecimento.

A informação deve ser compreendida como um conjunto de dados organizados com o objetivo de terem um sentido e um valor para o usuário/destinatário.

O conceito de campo encontra-se no início desta cadeia, é um grupamento lógico de caracteres formando uma palavra, grupo de palavras ou número completo. Já um grupamento lógico de campos relacionados é um registro, que é o segundo termo dessa sequência inter-relacionada. Englobando os registros relacionados encontra-se o arquivo, que por sua vez agrupado e relacionado logicamente perfaz finalmente o banco de dado. A partir desse esquema é possível entender que o banco de dados é antes de mais nada um sistema baseado na estruturação hierárquica e contextualizada da informação.

Entende-se:

- **Dados:** itens referentes a uma descrição primária de objetos, eventos, atividades e transações que são gravados, classificados e armazenados, mas não chegam a ser organizados de forma a transmitir algum significado específico.
- **Banco de dados:** consiste em dados armazenados, organizados de maneira a possibilitar sua posterior recuperação e análise. (TURBAN, 2004, p. 63)

A grande vantagem de sistemas informatizados de gerenciamento de documentos é a capacidade de reter e disseminar grandes volumes de informação, racionalizando seu processamento.

Arquivo são conjuntos orgânicos de documentos produzidos/recebidos/ acumulados por órgão público, organização privada ou pessoa, no curso de suas atividades, independente de seu

suporte e que, passada sua utilização vinculada às razões pelas quais foram criados, podem ser preservados, por seu valor informativo, para fins de pesquisa científica ou como testemunho sociocultural (BELLOTTO & CAMARGO, 1996).

Segundo o Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de janeiro, arquivo é:

Conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua atividade por uma entidade pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original, tendo em vista objetivos de gestão administrativa, de prova ou de informação, ao serviço das entidades que os detêm, dos investigadores e do cidadão em geral.

Para fazer valer o direito a informação, bancos de dados são criados onde ela se encontra sistematizada. A definição da estrutura do banco de dados deve ser pensada de acordo com a funcionalidade proposta para o sistema. A acessibilidade externa (usuário) e a operacionalidade interna (administração e alimentação) devem ser o foco do desenho do banco de dados. É fundamental também ter em mente que o sistema deve responder tanto as demandas internas (setoriais e organizacionais) quanto externas; ferramenta que possibilite o acesso à planilha (ou às planilhas) geral de registros (concentra todos os registros do banco de dados). Essa possibilidade garante facilidade e agilidade incomparáveis para revisão e alteração manual de grandes quantidades de registros.

A escolha do sistema de fichas de registro para a descrição deve contemplar diversos níveis de forma integrada e inter-relacionada (Fundo, Grupo, Subgrupo, Série e Documento). No caso das fichas de documento é necessário eleger um padrão que contemple a toda a multiplicidade do acervo contido no arquivo, para isto usa-se metadados.

Meta-informação é uma informação que descreve outra informação e sistemas de informação, no contexto de sistemas de arquivo, refere-se a informação que deve ser criada e associada aos documentos de arquivo, facultando a sua compreensão no contexto de produção, facilitando e documentando a gestão contínua dos mesmos.

2. História da fotografia como história da cidade

A palavra **fotografia** vem do grego *fós* ("luz"), e *grafis* ("estilo", "pincel"), e significa "desenhar com luz e contraste". Por definição, fotografia é, essencialmente, a técnica de criação de imagens por meio de exposição luminosa, fixando esta em uma superfície sensível.

Em seu percurso histórico, a fotografia vai se desenvolvendo tecnicamente e conceitualmente. Como não podemos creditar a uma única pessoa o invento da fotografia, sabemos que trata-se de uma técnica desenvolvida a partir da síntese de várias observações e inventos ao longo da história do homem. Quando surgiu no século XIX na França – a primeira fotografia reconhecida data do ano de 1826 e é atribuída ao francês Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) apesar de uma fotografia de 1825 do próprio Niépce ter sido descoberta recentemente segundo Gastaldoni (2007) –, a fotografia era tida como um espelho do real, “uma imitação mais perfeita da realidade” (DUBOIS, 1993, p. 27) pela sua natureza técnica química e ótica, opondo-se à obra de arte.

A fotografia é de qualquer modo uma curiosa questão de luz, ou melhor, de circulação de luz com tudo o que isso implica de tenebroso. Acho que hoje é necessário repensar toda a fotografia no contexto de uma economia geral da luz, que concerne não apenas à fotografia, mas também, ao cinema, ao vídeo e à pintura. (DUBOIS, 1993, p. 221)

A pintura e a fotografia, desde o advento desta última, estiveram geralmente atreladas, sendo ambas comparadas e confrontadas principalmente na simultaneidade de aplicações de suas linguagens. Tendo suas histórias mescladas desde o início do século XIX, onde se questionava se a fotografia era arte ou simples produto de uma máquina fria, ignorando o olhar do autor, muitos proclamaram o fim da pintura.

Para Barthes, a fotografia ainda é atormentada pelo fantasma da pintura e tem nesta sua paternidade.

O primeiro homem que viu a primeira foto (se excetuarmos Niepce, que a fizera) deve ter pensado que se tratava de uma pintura: mesmo enquadramento, mesma perspectiva. (BARTHES, 1984, p.52)

Em *O ato fotográfico e outros ensaios*, Dubois (1993) traça o percurso da fotografia como reprodução do real que desperta sentimentos ambivalentes de medo e atração, passando então para uma visão mais antropológica de impressão da realidade. Aqui, enfatiza-se a dicotomia entre realidade aparente e realidade interna, para depois vir a ser considerada como traço de um real. Nascida a partir do contato direto com as coisas, as fotos integram o campo dos signos tidos como indiciais por Charles Sanders Peirce³, citado de forma recorrente na obra de Dubois.

O autor nos aponta a distinção feita por Peirce entre os três tipos de signos, cuja primeira categoria são os ícones, que ligariam a seus referentes por meio da sua similaridade, ou seja, sua semelhança em termos perceptivos; na segunda categoria, os índices, relacionados aos referentes por um contato físico; e a terceira, os símbolos, definidos por uma convenção geral como as línguas.

Um índice manteve ou mantém num determinado momento do tempo uma relação e conexão real, de co-presença com seu referente, por exemplo, como cita Dubois, a fumaça que é índice de fogo, a poeira como índice de depósito do tempo. A fotografia seria um ato icônico “em si”, pois é por natureza um testemunho irrefutável da existência de uma realidade.

Toda foto implica portanto que haja, bem distintos um do outro, o *aqui* do signo e o *ali* do referente. É até possível considerar que tudo o que faz a eficácia da fotografia está no *movimento* que vai desse *aqui* até aquele *ali*. (DUBOIS, 2006, p. 88)

Segundo Barthes, a fotografia é inclassificável por ter sempre junto a si o seu referente abrindo assim uma porta de entrada para a exploração subjetiva e pessoal da fotografia. “O punctum de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere).”(BARTHES, 1984 p. 46)

O autor chama de *punctum*, o elemento presente na fotografia que quebra, perturba e modifica o *studium*. *Studium* é o espetáculo cultural com o qual nos identificamos. O *punctum* nos atinge de forma subjetiva, sendo como um portal para dentro de nós mesmos. Para Barthes, a

³ Charles Sanders Peirce (1839-1914), cientista, matemático, historiador, filósofo e lógico norte-americano, é considerado o fundador da moderna Semiótica. Uma das marcas do pensamento peirceano é a ampliação da noção de signo e, conseqüentemente, da noção de linguagem.

sociedade desconfia do sentido puro, necessitando de ruídos que camuflam os sentidos, assim a foto que causa muita impressão é logo desviada, e consumida esteticamente e não politicamente. A sociedade procura tornar a fotografia sensata, seja dando a ela o status de arte ou generalizando-a.

Segundo Aumont(1995), a produção de imagens vincula-se ao simbólico, possibilitando uma mediação entre o espectador e a realidade. O autor também atribui três diferentes funções às imagens. A primeira, simbólica que permite o acesso à esfera do sagrado, porém, não necessariamente religioso, mas vinculado a valores. A segunda função é a epistêmica, de onde se obtém informações sobre o mundo a fim de conhecê-lo. E a terceira, a estética, que oferece ao espectador sensações específicas. Segundo Aumont,

O contexto simbólico revela-se necessariamente social, já que nem os símbolos nem a esfera do simbólico, em geral, existem no abstrato, mas são determinados pelos caracteres materiais das formações sociais que os engendram. (AUMONT, 1995, p. 192)

A fotografia é assim mediadora entre o indivíduo e o mundo, ou seja, na compreensão que um tem do outro e das suas experiências, tendo papel importante no conhecimento do mundo e na constituição do sujeito e dos grupos culturais enquanto cidadãos.

O espectador tem papel ativo na sua relação com a imagem, como diz Gombrich (2000) ver só pode ser: comparar a mensagem que o nosso aparelho visual recebe com aquilo que esperamos ver. O espectador sempre acrescenta algo a imagem, pois carrega consigo o *studium*. A linguagem simbólica das imagens trata do encontro subjetivo entre o autor e o espectador.

A fotografia é indiferente a qualquer escala: não inventa, é a própria autenticação; jamais mente, ou melhor, pode mentir sobre o sentido da coisa, sendo tendenciosa por natureza, mas nunca sobre sua existência. (...) Qualquer fotografia é desse modo um certificado de presença. (BARTHES, 1984, p. 135)

A fotografia provoca uma sensação de ser capaz de fixar o tempo para a posteridade, entretanto é um recorte, uma escolha resultante do olhar do fotógrafo. A imagem refere-se a

uma fração da realidade e a câmara é um instrumento utilizado para capturar esse instante, sendo uma interpretação das coisas e pessoas. A fotografia pode ser considerada um instrumento de apropriação, uma vez, ao captar uma imagem traz a tona a idéia de posse, como se o objeto ali representado fosse o próprio objeto. Sontag argumentava que fotografar é apropriar-se da coisa fotografada e essa apropriação se assemelha ao conhecimento, e portanto, ao poder. (SONTAG,1981)

Susan Sontag destacava a importância de se identificar uma fotografia:

Embora o termo acontecimento tenha passado a significar precisamente, aquilo que é digno de fotografar, ainda assim é a ideologia (no sentido lato) que determina o que constitui acontecimento. Um acontecimento somente pode ser comprovado, fotograficamente ou de outro modo, se tiver sido identificado ou caracterizado. E não é jamais a evidência fotográfica que constrói – ou, mais adequadamente, identifica – acontecimentos; a contribuição da fotografia sempre sucede à identificação do acontecimento. (SONTAG, 1981,p.18)

A fotografia como artefato visual que se propõe como real torna-se um produto na nascente indústria cultural. Sendo integrada à imprensa, a imagem torna-se um elo entre os leitores e um ambiente em contínua aceleração e mudança. E da mesma forma que o sistema ferroviário ou a produção em larga escala industrial, a fotografia marca a transformação da relação dos indivíduos com a sociedade, principalmente pela sua incorporação nos então emergentes meio de comunicação, o que provoca uma mudança também na noção de espaço e tempo.

As funções sociais desempenhadas pela fotografia foram desde o início, assimiladas como rito social e instrumento de poder. Há mais de um século, famílias começaram a construir uma crônica sobre si através da fotografia. A fotografia tornou-se parte de cerimônias e também da vida familiar. Hoje, com câmeras e imagens por todo lugar para onde olhamos, construímos a todo tempo não só um retrato de nós mesmos, mas da cidade e do mundo. A fotografia é um modo de interação com o mundo. Porém, atualmente, sofremos um intenso bombardeio de imagens que somos levados a não perceber o nosso entorno cotidiano.

A ligação da imagem fotográfica ao seu referente induz à tentativa de recomposição dos objetos pelo observador, baseado em suas experiências cotidianas. Nesse processo de reconstrução, especificamente com relação a fotografia moderna, ele se vê forçado a alargar sua percepção, transformando o seu conhecimento do mundo. Ou seja, no momento em que é quebrada a integridade do objeto na imagem, o observador-sujeito é obrigado a repensar o papel que ocupa diante da realidade e, com isso, reatualiza a relação direta e imediata que anteriormente existia entre ele e o objeto. (COSTA; SILVA, 2004, p. 85)

O conteúdo informacional de uma fotografia (conjunto de signos) carrega um múltiplas idéias e conceitos (contexto histórico e sócio-cultural) de seu autor ou produtor. Esta informação será interpretada por outra pessoa, que por sua vez, também carrega múltiplas idéias e conceitos. Para uma melhor interpretação da informação torna-se necessário uma decodificação contextualizada, ou seja, que o intérprete tenha o maior número possível de informações – quem, quando, como, onde, porque e para que foi produzida.

Kossoy (2001) sugere que a fotografia não seja estudada isoladamente do documento escrito, devendo ter apoio de vários textos que a contextualize. O autor ainda separa a imagem em dois momentos de análise distintos, já mencionados por outros autores: o da produção e o da percepção da imagem. Sendo que, nos dois momentos as bagagens culturais de cada um, estão presentes gerando várias interpretações possíveis. Assim, o trabalho desenvolvido por arquivos públicos na cidade de Belo Horizonte tem se mostrado importante e eficiente como apontado a seguir.

Belo Horizonte, cidade planejada, idealizada pela elite mineira construída a partir de uma concepção republicana que definia quem deveria habitar cada espaço e como.

Inaugurada em 1897, Belo Horizonte foi projetada e construída tendo por função ser o abrigo da nova Capital do estado de Minas Gerais. Com a vitória da república em 1889, acirraram-se os debates em torno do poder local em Minas Gerais, e a construção de uma nova Capital com a vida e os valores urbanos tenderiam a favorecer a prática republicana, dando sentido

material a idéia de ruptura com os modelos tradicionais e o início de um tempo de modernização e desenvolvimento. (JULIÃO, 1992)

A comissão Construtora da nova capital tendo como referência a modernidade européia, tenta antecipar uma realidade social desordenada pelo crescimento populacional que vinha ocorrendo no exterior.

A Capital teve então seu espaço urbano idealizado por três áreas distintas e interligadas: a urbana (dentro dos limites da Avenida do Contorno); a suburbana (fora dos limites da Avenida) e a área rural. No espaço urbano não havia áreas reservadas para as camadas populares, já excluídas. Esperava-se que a cidade fosse crescer de dentro da Avenida do Contorno para fora dela, porém o ocorrido foi o contrário. O crescimento desordenado obrigou o governo a remover favelas do centro, deslocando a população para a região do Barro preto. O deslocamento da população pobre não foi acompanhada da construção de infraestrutura, entretanto, havia uma política de vigilância e coerção nessas regiões. Qualquer comportamento ou prática que não se adequasse à nova concepção de cidade.

Nota-se, portanto, que as autoridades condenavam a cultura e a concepção de mundo populares, reprovando suas principais manifestações de lazer, cultura, esporte, entre outras. As mesmas manifestações, quando praticadas pelas elites eram entendidas como “passatempos discretos de cavalheiros de boa sociedade”, portanto não eram enquadradas como praticas passíveis de vigilância e punição. (BUÉRE, 1997, p.79)

Belo Horizonte era, no ideal construtor, harmônica, porém existe na sua historiografia relatos de multiplicidade e conflito. Apesar de dividir-se em “cidade do poder” - espaços para órgãos políticos oficiais, “a cidade do lazer” - além do trabalho, e da “cidade oficial” local para o ócio das elites, dentre eles a Rua da Bahia, Parque Municipal, Teatros, Bares. Havia também “a cidade da desordem” - os bairros pobres com seu trabalho e divertimentos desordenados. (BUÉRE, 1997, p.70)

Ambas, cidade e fotografia, surgiram num momento de grandes alterações tanto no meio ambiente quanto no social. E no Brasil, não foi diferente. Como Paris, vários outros municípios que realizaram reformas urbanas empregaram fotógrafos para a tarefa de coletar pedaços das antigas cidades. No Rio de Janeiro, Pereira Passos contratou o fotógrafo Augusto

malta, que durante décadas, já no início do século XX, registrou o desaparecimento da cidade colonial,” (COSTA; SILVA, 2004, p. 19)

Neste contexto de surgimentos das cidades modernas, a câmera fotográfica veio como um sinônimo de precisão e imparcialidade, considerada como mera copia da realidade, um documento cuja vida estética não existia. Tendo como principais temas eram o espaço urbano e os tipos humanos, sua função era registrar as rápidas mudanças ocorridas nos centros urbanos que geravam ansiedade e melancolia no homem.

O caso das reformas urbanas de Paris, levadas a cabo por Haussmann, é extremamente representativo. Napoleão III, por ocasião da abertura dos *boulevards*, decretou uma lei que institucionalizava a documentação fotográfica como um serviço de utilidade pública. (COSTA; SILVA, 2004, p 19)

O trabalho do fotógrafo francês Atget⁴ marca o fim da estética meramente documental da fotografia propondo uma nova sensibilidade. Lifson considera a Paris retratada por Atget um produto da sua imaginação, comparando-o a Balzac e Dickens,

The melancholy of Atget’s work derives from this poignant distance the contrast the vision and reality. (...) His photographs encourage us to exercise our own vision, to see the inevitable complexities of this world as the source of our own imaginative understanding. (LIFSON, 1980, p. 10)

Fontes iconográficas, algumas vezes parecem “inocentes”, porém podem ser mais reveladoras que o discurso escrito ou oral, pois dela podemos extrair significações múltiplas.

A fotografia analógica tem duas dimensões físicas, a fotografia revelada e os negativos que se guardados em embalagens apropriadas para protegê-los e facilitar o manuseio podem durar um século ou mais, além disso podem ser tocados e contemplados sem auxílios externos, entretanto sua duplicação para o acesso aumenta o volume do acervo, apesar de muitas vezes ser importante para algumas consultas. Já as fotografias digitais são constituídas por bits, não tendo num primeiro instante um aspecto físico concreto palpável, necessitando de

⁴ Eugène Atget (Paris, 12 de fevereiro de 1857 - 4 de agosto de 1927) foi um fotógrafo francês, hoje tido como um dos mais importantes fotógrafos da história. Precursor da fotografia moderna em Paris, especializou-se em vistas cotidianas e postais .

equipamentos, sua inserção em bases de dados é executada com extrema rapidez, assim como seu compartilhamento, entretanto os meios de armazenamento digital podem não ser legíveis no futuro devido à mudanças de formatos e dispositivos de leitura, por isso é importante que elas estejam armazenadas em pelo menos três suportes diferentes e sempre que surgir uma nova tecnologia deve ser feita a migração a fim de não se perder o material.

A disponibilização de acervos digitais vai ao encontro das expectativas de um novo público surgido com o avanço tecnológico, que hoje pode comparar, aproximar mediante um zoom, conduzindo a novas descobertas e possibilidades que antes eram restritas a curadores. O usuário passa de mero expectador a usuário participante.

El valor informativo y documental del texto, a partir de estos efectos narrativos y lingüísticos, es enorme, de tal manera que constituye realmente parte inseparable del documento fotográfico en su representación y, sobre todo, en su recuperación, porque por su especificidad lingüística son más fácilmente tratables en sistemas de recuperación documental.(GASTAMINZA⁵, 2002)

As fotografias fazem parte do patrimônio documental arquivístico (ou simplesmente cultural, se tratado de forma mais abrangente) é um testemunho tangível da experiência humana em sociedade. Esses documentos afirmam a identidade coletiva e permitem conhecer a cultura e a realização da construção histórica.

Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, segundo o artigo 1º da Constituição, é a cidadania. Entendendo cidadania como universalização dos direitos políticos, civis e sociais. Juridicamente existem três categorias direitos de personalidade, integridades física (direito à vida), intelectual (liberdade de pensamento e produção de conhecimento) e moral (direito à honra, à liberdade política, civil, religiosa e à memória). Ser cidadão é então poder exercitar estas três ordens de direito.

Segundo Araújo⁶,

⁵ GASTAMINZA, Félix Del Valle. Dimensión documental de La fotografía. Conferencia Magistral leída el 29 de Octubre de 2002 en el Congreso Internacional sobre Imágenes e Investigación Social celebrado en México Disponível em: (<http://www.ucm.es/info/multidoc/prof/fvalle/Confemex.htm>)

⁶ III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, Recife, 2008

Para que o indivíduo possa entender o sentido da cidadania é preciso que não esteja destituído do conhecimento dos fatos e idéias que descrevem a sua trajetória na sociedade e a de seus antepassados, obtendo informações sobre os acontecimentos que marcaram a sua história. (ARAÚJO, 2008, p.24)

A preservação dos elementos históricos, a manutenção da memória e o exercício da cidadania são fatores que garantem o crescimento político, econômico e social de um povo e os arquivos públicos vem cumprir essa função. A memória coletiva é um instrumento de poder, e sua preservação deve estar aliada à disseminação e à educação.

Entendo que preservar é garanti a diversidade e o direito ao conhecimento e à memória que estão sendo deixados para gerações futuras, é imprescindível assegurar que vários testemunhos do saber humano convivam. Dessa forma, deixamos instrumentos para compreender uma realidade; mais do que isso, porém, deixamos a possibilidade de transformá-la, de construir o futuro. (ROCHA, 2011, p.32)

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) foi criado em 1991, por meio da Lei Municipal nº 5.900, de 20 de maio de 1991, para guardar, preservar e difundir o patrimônio documental de órgãos e unidades funcionais públicas municipais. Seu acervo reúne documentos textuais, plantas, mapas, projetos arquitetônicos, fotografias, filmes, cartazes, fitas de áudio e vídeo, discos e outros. Destacam-se, nesse conjunto documental: parte significativa do acervo produzido pela Comissão Construtora da Nova Capital de Minas (1894-1898); a legislação municipal impressa (1891-1986); os relatórios anuais de prefeitos; grandes coleções de fotografias (1895 -2000), como a do fotógrafo José Góes e da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte; revistas (Acaiaca, Iara, Alterosa, Belo Horizonte entre outras) e o arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna (advogado, pesquisador, antropólogo mineiro).

Ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte são recolhidos os acervos acumulados e produzidos pelos diversos órgãos da administração pública municipal incluindo os documentos remanescentes de órgãos extintos. Tais acervos são organizados em fundos e

coleções. Existem coleções de documentos em diversos suportes recolhidos ao arquivo por meio de outros mecanismos: a doação, a compra e a permuta.

Em 2010, no VIII Seminário de Gestão de Documentos: gestão e preservação de fotografias digitais promovido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte foi apresentado o portal onde o acervo da Assessoria de Comunicação Social e da Secretaria Municipal de Regulação Urbana foram digitalizados e armazenados em um banco de dados financiados pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDS. O projeto iniciou-se em 2006, foi desenvolvida em php versão 5.2.13 e SGBD MySQL versão 5.0.90, contando com uma equipe multidisciplinar e utilizando um servidor de pequeno porte. Durante quatro anos, trabalhou-se na elaboração do banco de dados multimídia para que não houvesse redundância de dados, onde o usuário consegue fazer tanto uma pesquisa simples quanto avançada, por código e por descrição, com sucesso. De acordo com normas – NOBRADE – estabeleceu-se níveis – fundo, sub-fundo, série e sub-série – para o acervo. O sistema também gera relatório e inventários.

Infelizmente, o acesso ainda encontra-se restrito, pois, só se pode consultar os arquivos presencialmente e com horário marcado. Neste sentido, a digitalização deve ser seguida de disponibilização na internet para que as imagens e informações possam ser utilizadas mais amplamente em pesquisas e em salas de aula. “ O processo de preservação só se faz completo ao alcançar o objetivo maior de difusão de seus conceitos, práticas e conteúdos.” (ROCHA, 2011, p.81)

3. Conclusão

Nos dias de hoje, tem-se uma sobrecarga de informação e um excesso de produção digital. A catalogação é utilizada para localizar e dar sentido ao acervo, a partir de um sistema de gerenciamento de dados utilizando-se de metadados que garantem a recuperação de dados. O gerenciamento de dados e a produção de materiais impressos são maneiras de se preservar o acervo fotográfico e a memória da cidade.

O estabelecimento de metadados – dados sobre dados - é de extrema importância, principalmente para conteúdos digitais, pois organiza informações sobre a captura da imagem, ajudando na catalogação e localização desta. No caso do acervo fotográfico: o nome do

fotógrafo, data, descrição da cena, identificação das pessoas contidas nas fotos, contexto, outros documentos relacionados, pois uma imagem sem descrição se perde.

Para melhor conservação da memória em documentos fotográficos deve-se, desde o início selecionar para a constituição do fundo, pensar no armazenamento, segurança, recuperação, restauração, digitalização, classificação. Os profissionais devem trabalhar cooperativamente e de forma interdisciplinar a fim de construir um bom acervo que garanta acesso para todos os usuários. Rocha (2011) destaca em seu trabalho a necessidade da formação contínua dos assistentes e técnicos independentemente da formação original, o mais importante é o envolvimento na preservação, o olhar crítico, o sentimento de pertença ao trabalho.

Formar é capacitar para a gestão consciente, reflexiva e flexível; é oferecer não apenas a resposta técnica e imediata para um dado problema, mas a possibilidade de criar resposta para novos problemas que sempre se apresentam com relação a um acervo. (ROCHA, 2011, p.39)

Ao planejar a criação de um banco de dados digitalizado para acesso público, deve-se estar atento também à sustentabilidade do sistema e à longevidade dos arquivos, levando em conta que a tecnologia avança rapidamente, sendo necessária a migração de software e do formato dos arquivos a fim de garantir longa vida às imagens. Armazenar e ignorar leva à perda.

Há necessidade de identificação da fotografia, tanto o fotógrafo quanto a tecnologia são fundamentais para o estudo da fotografia, pois eles formam o contexto histórico determinante do processo de produção da imagem. Kossoy vê a fotografia como uma construção cultural “ toda fotografia que estudamos foi produzida em determinada época com uma certa finalidade, com um certo propósito” (KOSSOY, 1989, p.17)

Não se pode esquecer de que o arquivo enquanto um produto cultural está inserido em um contexto de produção arquivística, portanto, é preciso compreender não apenas quando e onde surgiu um documento mas quem o produziu e com que finalidade. Deve-se discutir o que, como preservar e como dar acesso às informações. E na difusão do acesso, medir o público, a demanda, a importância e a sua qualidade.

Lembrando que dar acesso não significa dar acesso a informações já manipuladas, ou seja, filtradas, selecionadas e reinterpretadas, mas fornecer o acesso ao contexto arquivístico possibilitando o usuário daquela informação condições para a elaboração de significados, a construção de memórias e o exercício da cidadania.

4. Referências

AUMONT, J. **A imagem**. 2ª ed., Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Associação dos Arquivistas Brasileiros -Arquivos, 1996.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro**. Define a política arquivística nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, I Série – A, n. 19, 23 jan. 1993. p. 264.

BUÉRE, Júlio César. **Belo Horizonte: a apropriação social do espaço urbano**. In: PAIVA, Eduardo França (org). **Belo Horizonte: história de uma cidade centenária**. Belo Horizonte:Faculdades Integradas Newton Paiva. 1997, p.65-85.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1993. – (Série Ofício de Arte e Forma)

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 7 ed. (Obras escolhidas; v.1)

ATGET, Eugene; LIFSON, Ben. Eugène Atget: with an essay by Bem Lifson. In: *Masters of Photography*. New York: Aperture, 1980. 95p.

FABRIS, Marcos. **Literatura, fotografia e o retrato da modernização de Paris, a capital do século XIX**. Revista Lumen et Virtus. Vol. I, nº 2, 2010. Disponível em: http://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero2/ARTIGOS/PDF/marcosfabris.>

Acessado em 06/03/2011

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: **Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920)**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GASTALDONI, Dante. **O tempo e os tempos na fotografia**. Ambiente virtual do curso EAD SENAC. **Artes Visuais: Cultura e Criação**. Rio de Janeiro: SENAC - CEAD, 2007.

GOMBRICH, Ernest Hans Josef. **História da Arte**. São Paulo : LCT, 2000

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

GASTALDONI, Dante. **O tempo e os tempos na fotografia**. Ambiente virtual do curso EAD SENAC. **Artes Visuais: Cultura e Criação**. Rio de Janeiro: SENAC - CEAD, 2007.

GASTAMINZA, Félix Del Valle. Dimensión documental de La fotografia. Conferencia Magistral leída el 29 de Octubre de 2002 en el Congreso Internacional sobre Imágenes e Investigación Social celebrado en México. Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/multidoc/prof/fvalle/Confemex.htm> > Acessado em 25/09/2011

REZENDE, Darcilene Sena. Patrimônio documental e construção de identidade em tempos de globalização – a classificação arquivística como garantia da pluralidade de memórias. Disponível em: < www.asocarchi.cl/DOCS/61.pdf >. Acessado em 05/03/2010.

ROCHA, Giselle de Queiroz. Educação como meio, preservação como fim: estudo sobre a formação de equipes de conservação de acervos fotográficos. 2011. Dissertação (mestrado) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SADIQ, W.; ORLOWSKA, M. Applying a Generic Conceptual Workflow Modeling Technique to Document Workflow. In: AUSTRALIAN DOCUMENT COMPUTING SYMPOSIUM, 2., 1997. Proceedings. Melbourne: [s.n.], 1997.

SEMINÁRIO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DE FOTOGRAFIAS DIGITAIS, VIII., 2010. Belo Horizonte. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

SONTAG, Susan. Ensaio sobre fotografia. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

TURBAN, Efraim; MCLEAN, Ephrain; WHETERBE, James. **Tecnologia da**

Informação para Gestão. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Site da Prefeitura de Belo Horizonte. [Disponível em : <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/)

[Acessado em 02/10/2011](#)